

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser fiel à
gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

BUSATO, Roberto Antonio. Roberto Antonio
Busato (depoimento, 2010). Rio de Janeiro,
CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (0h
55min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do
convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA
FGV e ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É
obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

Roberto Antonio Busato
(depoimento, 2010)

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Christiane Jalles de Paula; João Marcelo Ehlert Maia; Tânia Abrão Rangel;

Levantamento de dados: João Marcelo Ehlert Maia;

Pesquisa e elaboração do roteiro: João Marcelo Ehlert Maia;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 23/09/2010

Duração: 0h 55min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 1; MiniDV: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do CNJ”, desenvolvido pelo CPDOC a partir de convênio e financiamento com a Escola de Direito da FGV, entre abril de 2009 e abril de 2011. O projeto visa, a princípio, apenas a criação de um banco de fontes orais.

Temas: Atividade profissional; Comunicação de massa; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Ministério da Justiça; Nelson Jobim; Ordem dos Advogados do Brasil; Poder judiciário; Reforma judiciária;

Sumário

Entrevista: 23.09.2010 O associativismo profissional; a formação na Universidade Estadual de Ponta Grossa; a atuação no Conselho Federal; as disputas políticas internas; o tema a reforma do judiciário; os temas discutidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); as discussões acerca do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); o suporte dado pela OAB no momento da constituinte; a tramitação dos debates da reforma do judiciário na Câmara; o trabalho de articulação interna do ministro Nelson Jobim; os diferentes projetos de reforma jurídica; a fase de aprovação da emenda.; a comunicação da OAB com o Ministério da Justiça; a comissão legislativa da OAB; a estrutura da OAB; o processo de indicação de conselheiros após a emenda; as sessões dentro do CNJ; os problemas de comportamento dentro do Judiciário brasileiro; a criação interna de comunicação; a emenda 45; a CNJ e a ligação com figuras; a amizade com Nelson Jobim; conclusões e agradecimentos.

Entrevista: 23/09/2010

João Maia –... Depois sempre tem um momento... Não tomo café de manhã.

Roberto Busato – Eu to evitando café...

J.M. – Eu só tomo um por dia.

R.B. – Eu acho que eu já estou curado, mas esses troços... O médico nunca diz que...

J.M. – É. Vão e vem, não é?

Christiane Jalles – Nunca te dá alta, não é?

J.M. – Bom. Hoje é dia...? Hoje é 23, correto?

C.J. – Hoje é 23. 23 de setembro.

J.M. – Podemos começar então, Bernardo? Bom, dia 23 de setembro de 2010, projeto História Oral do Conselho Nacional de Justiça, entrevista com Roberto Busato, obrigado pela presença, primeiro... Estão presentes os pesquisadores Christiane Jalles, Tânia Rangel e João Maia. Bom,

de novo obrigado, e nós começamos sempre perguntando um pouco, não apenas exatamente a trajetória profissional, mas como começa o movimento do senhor com o associativismo profissional, até a sua chegada à presidência da OAB.

R.B. – Bom, a minha vida antes da Ordem foi uma carreira longa... E absolutamente inédita porque eu sou o primeiro advogado do interior, radicado no interior do Paraná e o primeiro do interior do Brasil que chega à presidente do conselho federal.

Tânia Rangel – O senhor é paranaense?

R.B. – Eu sou cataparucho. Eu nasci em Santa Catarina, de pais gaúchos e me radiquei no Paraná, então eu sou, como dizem lá no sul, cataparucho.

C.J. – O senhor se formou na Universidade Federal do Paraná, ou não?

R.B. – Não. Me formei na Universidade Estadual de Ponta Grossa, que é onde ainda mantenho um escritório junto com outro escritório que eu tenho em Brasília, mas eu to radicado em Ponta Grossa. E lá eu fui diretor da subseção, fui vice-presidente e presidente da subseção. Depois fui diretor, fui conselheiro estadual e fui vice-presidente do Estado e quando a minha candidatura para presidente do Estado estava colocada, acabei tendo problema com meu grupo político e acabei indo para o conselho federal, e lá entrei em um conselho federal absolutamente dividido. Havia a situação e oposição e me coube... Como porta-voz ou vice-líder dessa oposição e dali, era gestão do presidente Ernando Uchoa...

J.M. – Que era situação...

R.B. - Que era a situação e que resolveu no final do seu mandato fazer uma grande conciliação no conselho federal e nessa conciliação, nós da oposição tínhamos dois cargos de diretoria e eu fui escolhido pelo meu grupo para assumir a diretoria financeira da ordem.

J.M. – Isso em que ano exatamente?

R.B. – Foi na gestão do presidente Reginaldo em 98...

C.J. – Quem era seu grupo? Diga alguns nomes.

R.B. – Era... Basicamente... São Paulo, que era o conselheiro Bígio, conselheiro Pisa, a Bahia, com Artos Tourinho, Durval, que ainda hoje é conselheiro... Rio Grande do Sul, fazia parte dessa oposição, Mato Grosso do Sul era dividida a bancada, metade era nossa, metade era situação, o Paraná era oposição, Santa Catarina era oposição e isso em função da...

T.R. – Rio e Minas...?

R.B. – Rio era oposição e Minas Gerais era situação. Era um... Não havia assim uma região definida de situação e oposição, foi basicamente pela disputa eleitoral que colocou o presidente Ernando na presidência, mas não pelo Ernando, mais pela articulação política que o presidente que estava saindo fez na época, que era o José Roberto Batochio. E acabou dividindo o conselho federal. E depois disso, diretor fui a vice-presidente, daí na gestão do presidente Aprobato e em seguida assumi a presidência na Ordem de 2004, justamente na hora que estava fervendo a

reforma do Judiciário, nunca se discutiu tanto o Judiciário como naquela época e o que é pior, o ambiente político da nação que logo em seguida eu assumi dia primeiro de fevereiro, no dia 11 ou 14 de fevereiro estourou aquele caso do Valdimiro Diniz. E daí veio mensalão, sanguessuga e todos aqueles escândalos do primeiro governo do presidente Lula.

J.M. – E antes de 2004, o tema da reforma do judiciário já tinha sido alvo de tentativas de projetos de lei, ao longo dos anos 90 o projeto Bicudo, a OAB acompanhava isso sistematicamente?

R.B. – Sim, acompanhava sistematicamente, eu consultei as cartas editadas nos encontro de presidentes que a Ordem promove a duas vezes ao ano, inclusive hoje está abrindo um aqui no Rio de Janeiro e todas elas focavam este ponto e também me recordo que o presidente Reginaldo... O Reginaldo, ele montou uma comissão com a AMB, que se reunia todo mês no conselho federal, discutindo os pontos da reforma do Judiciário principalmente para tentarmos encontrar os pontos convergentes, avançando nos convergentes.

T.R. – Essa comissão foi criada quando? Antes de 2004?

R.B. – Antes. Foi em torno de 98, por aí. E funcionava todo mês, quem liderava a AMB era o ministro Paulo Galotti, que na época ainda não era ministro do STJ, mas era presidente da AMB e o presidente Reginaldo também com um grupo de conselheiros federais da Ordem dos Advogados do Brasil que discutiam esse assunto. E os temas mais polêmicos que tinha na época era súmula vinculante de um lado e o conselho nacional de justiça de outro lado.

J.M. – Já nessa época.

R.B. – Na época sim, havia uma clara divisão de interesses da magistratura a favor da súmula vinculante contra o conselho nacional de justiça. E a OAB, ao contrário, a favor do conselho nacional de justiça e contra a súmula vinculante.

J.M. – Pode-se dizer então que esses eram os dois grandes temas que a OAB discutia ao longo desse período?

R.B. – Eram os dois grandes temas; para a Ordem o tema mais simbólico era o conselho nacional de justiça porque ela sempre se julgou de ter a paternidade desse instituto, porque isso oficialmente como tese, embora a Ordem tenha registros internos anteriores, mas lá em 86, na conferência de Belém, quando o presidente era Erma Assis Barreto, já houve uma tese oficial e uma aprovação oficial de um conselho, que se chamava naquela época erroneamente como um controle externo, não é? Que depois até por iniciativa do ministro Jobim, nós acabamos mudando a terminologia, tirando o controle externo para conselho nacional de justiça até para tentar aliviar a reação da magistratura que resistiu até depois que foi aprovado o conselho, ingressando com uma Adin junto ao Supremo Tribunal Federal.

T.R. – Nesse momento... Porque assim... Na Constituinte, na época que o ministro Márcio Thomaz Bastos era presidente da Ordem, ele chega a ir ao Congresso propor esse controle externo, não é? E aí é depois dessa conferência em Belém. Qual foi o suporte que a OAB deu, ou quais as articulações que o senhor tem conhecimento que a OAB fez naquele momento na constituinte, assim, quais os parlamentares com quem ela mais dialogava, que ela tinha uma interface maior...?

R.B. – Bom, eu não posso te precisar esse ponto porque eu não convivia naquela época com o conselho federal, eu ainda estava na minha carreira paranaense, na minha fase do Paraná. Então

eu não tive muita participação aí, eu passei a acompanhar efetivamente quando houve a montagem desta comissão com a AMB. 98, a partir de 98 que eu acabei acompanhando essa...

T.R. – E a OAB fazia uma interface também com o Congresso, ou seja, com algum deputado ou senador?

R.B. – Fazia, fazia, fazia muito. Eu próprio fazia com o senador José Jorge, que se dizia engenheiro, mas acabou virando um verdadeiro rábula, um especialista em função da reforma do Judiciário, e com as pessoas mais proeminentes naquela ocasião, principalmente na comissão de Constituição e Justiça, que era uma das figuras mais influentes era Antonio Carlos Magalhães, que sempre tinha a Ordem como sua adversária, não é, a Ordem sempre foi adversária dele e eu consegui manter um diálogo muito bom com ele no sentido de mostrar as vantagens dos conselhos e ele acabou sendo também no final um ardoroso defensor do conselho nacional de justiça. Em que pese ele tinha aquela fama, uma vez numa entrevista, ele tinha dito que na Bahia não precisava de conselho, de controle externo, porque ele era o controle externo do Judiciário da Bahia, que era exatamente o nosso fundamento para existência do conselho nacional de justiça, que era justamente para evitar esse tipo de controle que era danoso à independência, à dignidade da magistratura e principalmente a lisura de seus atos.

C.J. – Durante a tramitação dos debates de uma reforma do judiciário na Câmara, vocês chegaram a acompanhar? Porque em 99 com a Zulaê você vai ter um relatório, com Aluisio, todo mundo que vem. A Ordem acabou trabalhando junto com a Câmara dos Deputados?

R.B. – Sim. Nós tínhamos naquela época uma comissão de conselheiros que estava cotidianamente acompanhando. Me lembro um dos membros, um dos mais atuantes membros que está hoje até no Tribunal Superior Eleitoral que é o Marcelo Ribeiro, que era um advogado do conselho federal pelo Distrito Federal e ele liderava um grupo designado pelo presidente

Reginaldo e acompanhava *pari passu* as colocações e todo mês fazia um relatório para o conselho federal do que estava acontecendo e o conselho debatia aquele relatório, sugeria providencias e cada um dos conselheiros tinha a obrigação de entrar em contato com os deputados da sua região, mostrando os pontos de vista que a Ordem defendia dentro da reforma.

T.R. – Quando chega a emenda no Senado e depois da... O Bernardo Cabral sai da relatoria, que ele não se elege, ele passa para o José Jorge, há um lapso temporal aí, mas depois chegando no José Jorge, ele resolve então levar adiante e, como é que fala, tentar resolver o máximo possível ou do que poderia ser feito ali para a aprovação. Então ele pega o texto original e separa. Aquilo que pode ser aprovado ali ainda naquele ano e o que ainda ele não teria o consenso suficiente para aprovação. Nesse momento que ele resolver fazer essa separação, a Ordem participa disso, ela chega a ser consultada, ela...?

R.B. – Sim, chegamos a ser consultados e acho que aí foi o divisor de águas. Foi... A emenda ficou 12 anos no Congresso, mas se você pegar desta época que nós estamos agora delimitando, que a Tânia limita, nós vamos ver que mudou completamente o jogo, por quê? E eu inclusive elogiei. Eu era considerado o maior crítico do presidente Lula naquela época, na minha presidência da Ordem e no primeiro mandato dele. E eu elogiei publicamente naquele discurso que fui tachado de descortês com o presidente da República na posse do ministro Nelson Jobim, que eu fiz um discurso de cidadania, o discurso da Ordem, mas eu fiz questão de fazer um destaque exatamente à vontade do governo Lula de impulsionar este projeto, porque evidentemente se o governo não tomasse a si também o interesse de ir para frente, o relator não teria o sucesso que teve, como foi o caso do José Jorge. E eu creditei isso numa grande parte ao governo Lula pelas articulações do ministro Márcio Thomaz Bastos, que já vinha envolvido neste projeto desde lá de Belém, desde aquela tentativa de colocar-nos alguns temas que eram da emenda 45, dentro da Constituição de 88. E outra figura exponencial neste ponto que você fala de separar e nós trabalharmos pelas convergências, foi indiscutivelmente o ministro Nelson Jobim, que teve um trabalho de articulação dos bastidores muito forte e ele tinha um poder de convencimento dentro do Congresso Nacional imenso, não é? Chegava... Eu cheguei ao ponto

de dizer a ele que ele conseguia no Congresso Nacional transformar a toalha vermelha em toalha branca, não é, tal era a credibilidade, o grau de convencimento que ele tinha. Então toda vez que ele ia ao Senado e aí nós divergimos também na súmula vinculante, nós éramos parceiros no Conselho e divergimos na súmula vinculante, e fomos Brasil inteiro fazer palestras, eu, ele e o José Eduardo Cardoso, que era também favorável a todos os pontos de vista da Ordem. E o Jobim, cada vez que ia na, na ... no Congresso eu tinha que destacar uma tropa junto, atrás, para tentar diminuir o impacto da sua argumentação que sempre foi fantástica e que eu tenho uma admiração muito grande de articulação e sua capacidade de convencimento. E o Conselho Nacional de Justiça deve muito a ele. Muito.

C.J. – Algum nome do Supremo também que foi importante nessa articulação?

T.R. – É, na época o Jobim era o presidente do Supremo, mas além dele.

C.J. – É, além do Jobim, isso.

R.B. – Ao nível do Jobim, tranquilamente ninguém. Ninguém teve o trabalho que ele teve, a sensibilidade que ele teve. Ele preparou o Conselho Nacional de Justiça muito antes da criação do conselho nacional de justiça. O Jobim foi estudar a fundo a situação do judiciário já se preparando para o conselho nacional de justiça e não me parece que nenhum outro ministro teve essa sensibilidade em relação a isso, talvez até se resguardando para uma eventual intervenção do Supremo, que houve necessidade através daquela Adin da AMB, que tentava...

J.M – Argüir a inconstitucionalidade...

R.B. -... extinguir a idéia, porque aí ainda não estava criado o conselho. Mas Jobim vinha estudando o conselho há muito tempo, tanto é que eu participei da primeira reunião do Conselho nacional de justiça e da primeira reunião do conselho nacional do ministério público e era água e vinho. No conselho nacional de justiça, o Jobim nos recebeu já em uma sala do Supremo preparada com equipe, com toda a estrutura, embora precária, mas uma estrutura razoável para início dos trabalhos e disse: “olha, nossa função é esta, esta, esta, esta, vamos tratar disso, disso, disso,” não é? Enquanto que nós chegamos na procuradoria da República, o próprio procurador que estava saindo, que era o procurador geral da República antes do...

C.J. – Não era o Antonio, não?

R.B. – Não, o Antonio ia assumir dali a 30 dias.

T.R. – O Brindeiro...

R.B. – Não, não era o Brindeiro...

C.J. – O [Brindeiro] já tinha saído...

R.B. – Era no meio, é o... Aquele é o católico, é o... Que é muito simpático...

C.J. – Ai, eu esqueci também...

R.B. – Já me... Já chego lá...

T.R. – É com “F”, eu acho...

R.B. – Bom, ele nos recebeu no gabinete, nos colocou na mesa de reunião e disse “olha, eu não sei nada disso, nós não estamos preparados para nada disso, eu vou chamar o Antonio Fernando, que vai assumir daqui a um mês e ele que já toque isso aqui” e veio o Antonio Fernando disse “olha, nós estamos ainda despreparados e tal”, então foi uma diferença muito grande de entendimento do Conselho e os primeiros passos do Conselho, exatamente pela tenacidade, pela vontade que tinha o ministro Nelson Jobim e a liderança que ele tinha de levar adiante a idéia do Conselho Nacional de Justiça.

J.M. – A gente sabe que sempre há uma diferença, não é, entre os projetos de reforma que eventualmente uma entidade defende e o resultado final após longa negociação, não é? No caso da emenda 45 sobre a reforma do Judiciário, claro, que é nosso tema, o que a OAB defendia durante o início desse processo e que acabou não sendo contemplado de alguma maneira no resultado final, como os senhores viam o CNJ?

R.B. – Bom, primeiro nós víamos... A constituição do CNJ não era... Não foi a dos sonhos da Ordem, não é? Nós tínhamos muito receio de nove juízes e seis externos à magistratura... Esse foi o ponto que muita gente ficou absolutamente intranquila. O que eu vi nas primeiras sessões, que isso não seria tão relevante porque com aquela divisão da magistratura entre a magistratura trabalhista, a estadual, a federal e entre as instancias, quer dizer, o ministro do Tribunal Superior, o desembargador do Tribunal e o juiz de primeira instância, acabou mostrando que eles não se entendem, que eles não se entendem, não é? A idéia do ministro é uma, a do juiz de primeira instancia é outra completamente diferente, então de cara se estabeleceu a nítida impressão de que quem estava realmente decidindo eram os seis que não eram da área da

magistratura e foi no primeiro mandato que foi presidido pelo ministro Nelson Jobim que eu participei como presidente da Ordem, foi uma tranquilidade, foi uma beleza com relação a este ponto. Não houve um fechamento de questão dos nove oriundos da magistratura contra os seis da sociedade civil, ou quatro da sociedade civil e dois do ministério público; este foi um ponto que realmente se questionou. Na seqüência, já na segunda presidência que foi da ministra Elen, que eu ainda fazia parte do CNJ, houve uma perda de visão dos trabalhos do Conselho, quer dizer, os grandes temas estratégicos acabaram ficando um pouco de lado e virou quase que um Tribunal de lamentações de magistrados, reclamando um de que foi preterido na sua promoção, o outro porque alguém foi promovido e não podia ser promovido, enfim, questiúnculas funcionais de magistrados, que acabou atolando a pauta do conselho, do CNJ. Depois eu saí do CNJ, mas na seqüência veio o ministro Gilmar, na presidência do ministro Gilmar que o CNJ retomou novamente um outro ritmo, um ritmo mais voltado à sociedade, já com uma visão de preservar a moralidade, inspeções, uma série de atos que marcaram uma boa gestão do CNJ, principalmente o trabalho do corregedor, que foi o ministro Gilson Dipp, não é?

T.R. – Eu queria voltar só um pouquinho ainda, na fase de aprovação da emenda, a OAB, ela tinha nesse momento como ministro da Justiça um advogado que inclusive não era mais um advogado que existe no Brasil, é o advogado que tinha sido inclusive presidente da Ordem, não é? Em que medida houve uma comunicação entre a OAB e o Ministério da Justiça, ou seja, era fácil a comunicação, mas houve, vamos assim dizer, uma absorção dos interesses de um pelo outro?

R.B. – Não, veja bem, evidente que o dialogo foi muito bom, eu estava na presidência, Marcio Thomaz Bastos estava ... às vezes quando ele se queixava muito de mim, que eu estava criticando muito o governo, disse “olha, eu estou exercendo a mesma postura que você teve quando era presidente” então eu não mudei, e a Ordem não mudou, não é, e às vezes nós tínhamos essa colocação, mas o presidente Márcio e o ministro Márcio na época, ele era uma pessoa que tinha dentro de si solidificados os princípios da Ordem, então não precisou nenhum tipo de articulação para convencê-lo das posições, porque ali na emenda constitucional estavam

questões estratégicas, pedras basilares da advocacia, da justiça, da magistratura brasileira, portanto não precisou disso.

T.R. – Mas não houve, vamos dizer assim, uma divisão de tarefas? Por exemplo, em algumas questões ou em algumas situações o Márcio ter a liberdade de dizer “olha, o governo não pode falar isso ou fazer isso publicamente”, então a OAB poderia ajudar e junto ao um grupo...?

R.B. – Não. Não, não houve, o trabalho da Ordem era um e o trabalho do ministério era outro, era o secretário Sérgio..

J.M. – Renault.

R.B.-Renault! Que era o homem da *strategia* do governo dentro da reforma e nós tínhamos os conselheiros, tinha a comissão legislativa que nós tínhamos montado que cuidava dessa parte e eu particularmente também me envolvia e o Sérgio Renault ia muito à Ordem, escutava muito, ia nas reuniões do Conselho, escutava as discussões, mas sem interferir um e outro dentro do seu posicionamento, mas nós fomos felizes, porque tínhamos como ministro da Justiça exatamente uma pessoa que foi presidente e que tinha posições sedimentadas em relação às teses que a Ordem apoiava e as teses que a Ordem também não estava de acordo.

C.J. – Essa comissão legislativa da OAB, ela faz parte da estrutura da Ordem ou ela foi formada por conta da reforma?

R.B. – Não, ela foi formada por conta da reforma e por conta dos tempos que foram vindo, quer dizer, ela foi feita, ela foi montada a primeira vez para acompanhar a reforma e depois ela

continuou para acompanhar os projetos de lei que interessam ao judiciário e à advocacia, não é? Na minha época ficou também muito fácil este ponto de relacionamento porque existia funcionando a todo vapor a frente parlamentar da advocacia, não é, e nós tínhamos uma... Aí sim, uma articulação muito forte, nós examinávamos a questão constitucional dos projetos de lei que eles propunham, nós dávamos parecer para eles através da nossa comissão de constituição fazíamos um parecer para eles e eles se comprometiam a levar adiante as propostas que eram extraídas do plenário do conselho federal para se tornarem projeto de lei, foi uma parceria muito boa que nós tivemos na minha presidência.

T.R. – E essa frente parlamentar, ela ainda existe ou não? Depende, é...

R.B. – Eu tenho impressão que ela existe, mas ela não... Não estou vendo mais ela operar como operava antes. E outro que tinha uma participação na frente parlamentar da advocacia era o ministro Nelson Jobim. Tanto nós tínhamos uma afeição com a frente parlamentar que no final da gestão do ministro Nelson Jobim e eu era ainda presidente, nós dois recebemos o título de membros honorários da frente parlamentar da advocacia, que era muito forte.

T.R. – Quando a emenda ela é aprovada, a OAB tem que indicar dois conselheiros. Como que foi esse processo dentro da OAB e quais os critérios que a OAB utilizou...?

R.B. – Bom, imediatamente eu designei relator para formular um parecer e desse parecer um provimento da Ordem, que tem o poder de se auto-regular, então foi feito um provimento e as regras foram estabelecidas.

C.J. – Quem foi o relator?

R.B. – Eu te digo que eu estudei isso aí. Que eu fui ver foram as coisas só do Conselho nacional de justiça e escapou agora...

C.J.- Depois o senhor lembra!

R.B.- Mas eu acho que era do Mato Grosso do Sul... Era... Era eu acho que a conselheira Elida... Sobrenome dela...

C.J. – Nós buscamos, não tem problema...

R.B. – Tudo bem. Mas e foi feito um provimento, respeitando as bases da...

T.R.- Da emenda.

R.B.- da emenda, e os princípios constitucionais com relação à idade, aquela coisa toda e depois foi para o processo de votação. Uma diferença que nós colocamos nesse provimento, nós tínhamos recém-aprovado um provimento que era de minha autoria, no sentido de que todo mandatário da Ordem não poderia participar de listas que fossem destinadas ao quinto constitucional. E neste provimento eu entendia que o cargo era da Ordem, enquanto que lá no quinto constitucional era... O cargo era para um poder, vitaliciedade, com toda... Que era um cargo do Judiciário, não é? Então não queria ter uma concorrência indevida dos que tinham mandato dentro da Ordem com os advogados em geral. Mas aí eu entendia que o cargo era da Ordem e, portanto pedi que fosse retirado aquele principio para que nós tivéssemos pessoas

que conhecessem a estrutura da instituição e os fundamentos que a advocacia sempre defendeu ao longo do tempo e foi daí escolhido o Paulo Neto Lobo, que foi conselheiro federal muito tempo lá pelo Estado de Alagoas e também o carioca Oscar Agolo que acabou sendo quase que o meu candidato em função que nós tínhamos uma certa dificuldade de compor a lista do Conselho Nacional de Justiça porque ali havia a limitação da idade, nós tínhamos bons nomes, tanto é que no papel, os nomes do Conselho do Ministério Público ficaram até melhores no papel, não querendo diminuir os dois membros do primeiro mandato, mas lá nós colocamos um ex-presidente do conselho, que era o Ernando Uchoa Lima e o Luiz Carlos Lopes Madeira, que também tinha sido ministro do Tribunal Eleitoral, um advogado de escol, foi diretor do conselho federal, um dos mais operosos...

T.R. -... Vamos assim dizer, na advocacia, tanto... Os dois tem um peso muito grande, não é, são muito conhecidos...

R.B. – Sim, sim exatamente... Então tinha... Nós tínhamos muitos interessados, mas que passavam da idade para o Conselho Nacional de Justiça.

T.R. – E aí nesse caso uma vez nomeado os dois, a OAB fez assim, podemos assim dizer, um dever de casa com eles? Como isso era feito?

R.B. – Sim, a... Primeiro, eu não deixei, eu não deixei na minha presidência de participar do CNJ e no ministério público...

T.R. – É, a gente fez um acompanhamento, tanto o senhor quanto o procurador geral da República foram em quase todas as sessões e quando não iam, nomeavam alguém para ir, não é?

R.B. – Não, eu não nomeava, eu achava que o cargo era personalíssimo, que a emenda que criou o conselho diz “o presidente nacional da Ordem”, então eu entendia que eu tanto na presidência da Ordem, eu não podia delegar essa função. Hoje, os presidentes que me sucederam já tendem a flexibilizar esta regra, então tem remetido às vezes um diretor para acompanhar os trabalhos do Conselho. Eu ainda mantendo a posição de que o cargo é personalíssimo. É o presidente do Supremo Tribunal Federal, o presidente da Ordem e o procurador geral da República, são os três que sentam na mesa diretora do CNJ. Então tinha contato diário. Os conselheiros na minha gestão, sempre foram bastante solidários com as teses da Ordem e quando havia alguma dúvida, alguma coisa, sempre conversava comigo e não tinha qualquer tipo de antagonismo e todos freqüentavam as sessões do conselho federal. Alguns inclusive faziam relatórios da sua produção, dos seus votos, de tudo que era divulgado dentro do conselho federal, e isso acabava...

T.R. – Mas quem participava das reuniões do conselho? Eram os indicados pela OAB ou todos os conselheiros do CNJ? Só os indicados, né?

R.B. – Não, só os indicados da OAB. Eles freqüentavam as sessões do conselho federal. E do ministério público também. Do ministério público tinha ainda mais um canal de aproximação, porque os membros do ministério público, nas duas primeiras gestões, não receberam nada e inclusive em termos financeiros. E no começo nem a passagem e nem hotel eles tinham, então a Ordem fornecia para eles participarem das sessões do Conselho Nacional de Justiça - do Ministério Público, digo - fornecia passagem aérea, hotel e fazia o transporte dentro de Brasília para que eles pudessem desenvolver essa atividade.

T.R. – Dentro do conselho nacional de justiça, o senhor participava de todas as sessões, não é? No regimento interno, o senhor participou dessa realização, dessa feitura do regimento interno das discussões, como ouvinte, alguma coisa assim?

R.B. – Não.

T.R.- E no regimento, e foi um problema que aconteceu agora esse ano, primeira vez, não é, onde o ministro Peluso, que então presidente do Conselho Nacional de Justiça, proibiu o presidente da Ordem de se manifestar e proibiu dizendo que isso não estava no regimento.

R.B. – É, eu participei do CNJ com duas figuras espetaculares: ministro Nelson Jobim, que é meu amigo particular de muito tempo atrás, de quando ele ainda era deputado e eu era presidente da subseção de Ponta Grossa e ele foi várias vezes à Ponta Grossa e tinha uma amizade pessoal com ele, então o meu relacionamento pessoal com ele era muito bom, muito bom e ele não presidia com regimento na mão, o Conselho, o primeiro Conselho, ele trabalhava, como se diz, por música, era uma coisa, um ambiente muito bom, muito tranquilo, não havia regimento na mesa. E a ministra Elen era uma *gentleman*... Não é homem para ser *gentleman*, (rs) mas é uma figura fantástica, de uma gentileza e de um carinho com todos muito grande, que eu também tenho uma amizade muito forte com ela e também ela comandava naturalmente o Conselho e era o mesmo conselho que vinha vindo do ministro Nelson Jobim, não houve qualquer tipo de problemas. Com o ministro Gilmar eu não participei, mas não vi nenhum problema regimental e aí termina os três primeiros mandatos de presidentes do Supremo que não eram magistrados e vem o primeiro, que é o ministro César Peluso, que veio da magistratura, então vem...

T.R. – Da magistratura paulista.

R.B. – É... E oriundo de um tribunal de São Paulo que resistiu muito ao CNJ. Os pedidos de informações que se faziam, o Tribunal de Justiça de São Paulo era reiteradamente negligente com o Conselho Nacional de Justiça para apresentar os seus dados. Naquele grande

levantamento que o ministro Nelson Jobim estava fazendo, não é, quando ele dizia que o Brasil era... O Judiciário brasileiro era um arquipélago, não é, ilhas para todos os lados, e que precisaríamos de um mapa completo disso e para tirar alguma informação de São Paulo era muito difícil. E talvez o problema que houve é muito mais de postura, de comportamento, do que de quebra de princípio regimental.

C.J. – A participação da Ordem no conselho nesse... Principalmente no começo, ela atuava como, vamos assim dizer, ela não votava, óbvio, porque tinha os dois representantes que votavam, mas ela prestava informações ou fazia esclarecimentos, não é, e não como de questionar. Na presença do senhor nas sessões, tinha algum conselheiro ou alguns que eram mais ou menos resistentes a essa informação que a Ordem trazia, ou seja, que questionava...?

R.B. – Não. Nenhuma. Nenhum. Sempre fui muito bem recebido por todos... Seja da magistratura, ou os do Ministério Público, os da Câmara e do Senado, o relacionamento era muito bom e não havia qualquer tipo de obstáculo para a Ordem se manifestar ou colocar as suas posições.

T.R. – A Ordem tentou nesse momento colocar alguma coisa em pauta, ou seja, criado o Conselho está feito o, vamos assim dizer, o controle da magistratura, mas o controle por si só não era suficiente à Ordem, ou seja, ela queria um controle para também levar alguma pauta para isso. Como que isso...?

R.B. – É, a Ordem nunca pensou em, quando falava em conselho da justiça, nunca pensou, nunca reverberou qualquer tipo de pretensão para a advocacia através do conselho. Absolutamente, não. Sempre dizendo que era um princípio moderno, que os países mais adiantados, que os países europeus, por exemplo, quase todos já tinham adotado, aqui na América do Sul começou esse movimento para... E principalmente para preservar a

magistratura. Não querendo interferir na atividade fim, que é a atividade jurisdicional do juiz, mas em um judiciário mais transparente, num judiciário que tivesse a ligação com a sociedade civil, um judiciário que voltasse a pensar no povo, que é para onde ele exerce a sua função e não para si, para sua família, não é? E essas eram as teses, mas no começo do Conselho na minha gestão, a nossa grande idéia, a nossa idéia ao Conselho foi de tentar normatizar as férias dos advogados com a dos magistrados, mas não deu certo, e ministro Jobim tentou de toda forma, através de um entendimento com os tribunais, avançamos um pouquinho, mas só através de uma emenda constitucional que se pode acertar esse problema, agora estamos perto de chegarmos a uma solução e foi o único ponto relevante. Também me recordo que menos de um mês que o Conselho foi instalado eu entrei com uma representação no Conselho Nacional de Justiça contra um juiz federal aqui de Itaboraí, com relação aquela Operação Cevada, que atingiu o Brasil inteiro e que houve invasão de escritórios de advogados, houve apreensão de documentos, um inquérito sigiloso que se estabeleceu em Itaboraí e que gerava efeitos no Brasil inteiro, então foi uma... Foi a primeira incursão que o Conselho fez dentro do... Que o conselho federal fez no CNJ.

T.R. – E instituído o CNJ, a OAB criou algum mecanismo interno de comunicação, por exemplo: o que os advogados estão sentindo dentro, na sua atuação profissional, qual o maior problema do judiciário? Criou esse tipo de comunicação até para dar um pouco de base também para os conselheiros ali ou não?

R.B. – A Ordem ela se preocupou em fazer a divulgação da pauta e das decisões do CNJ, então a... Nós temos uma assessoria de comunicação muito eficiente e temos centena de milhares de advogados que recebem o clipping da Ordem todo dia e aí é inserido as informações do CNJ.

T.R. – Eu estou satisfeita.

C.J. – Eu também...

J.M. – Eu só faria uma última pergunta... Pesquisando no site da própria Ordem, eu peguei uma informação de quando a emenda 45 foi aprovada, o senhor teria declarado que teria sido de certa maneira uma vitória estrondosa da OAB... Ainda considera isso?

R.B. – Eu considero, considero que foi uma vantagem judicial muito grande, principalmente pelo CNJ, o que o CNJ fez nesse tempo todo ele justifica toda a emenda 45, eu acho que foi uma boa atitude e em geral as medidas tomadas naquela reforma foram benéficas e hoje até mesmo a súmula vinculante que nós achávamos que era um demônio para a nação, hoje já é um pouquinho melhor absorvido em relação a esse tema, em função... Até pelo grau de litigiosidade que há no Brasil. Depois disso, aconteceram aquelas ações massivas de planos econômicos, uma série de coisa, que entupiram novamente o judiciário, então a gente voltando atrás, fazendo uma análise, realmente foi uma vitória estrondosa, como eu dizia na época, e o Conselho Nacional de Justiça demonstrou que realmente visava preservar a magistratura ao momento que puniu alguns magistrados de péssima reputação e que quebraram completamente a ética que é absolutamente necessária dentro da magistratura. Então eu acho que isso foi muito bom, pena que agora começa a ter alguma discussão em relação à condução nessa parte disciplinar, eu continuo afirmando, afirmava naquela época e continuo dizendo hoje, o controle interno da magistratura é falido. As corregedorias internas não funcionam. não funcionavam naquela época e não funcionam hoje. Qualquer Estado que você vá você vê problemas.

PAREI AQUI, 43:40

T.R. – E é interessante porque alguns Estados tentaram criar um, entre aspas, CNJ Estadual, justamente pela falha, e o Supremo já declarou que são inconstitucionais.

R.B. – E agora o ministro Peluso pretende que nessa parte ética, que fique com as corregedorias internas. Mato Grosso penalizaria? Corregedoria penalizaria metade do Tribunal, inclusive o seu presidente?

C.J. – E o corregedor, não é?

R.B. – E o corregedor. [risos]

J.M. – Dificilmente.

R.B. – Então dificilmente faria isto e não teria o menor sentido nós voltarmos atrás numa situação de falência no aspecto de moralidade dentro do poder judiciário que é o único poder que era hermético e essa porta foi aberta através do conselho nacional de justiça. O judiciário e o executivo e o legislativo sempre foram expostos, principalmente o legislativo, através da mídia e o executivo também, sempre está sendo visto pela mídia e pela opinião pública e além do mais, a cada quatro anos, há um processo de depuração através das eleições, não é, enquanto que o judiciário tem vitaliciedade, inamovibilidade e isto tudo acaba formando um jogo de corpo muito grande e que ele não tem condições de ser o corregedor de si próprio.

T.R. – Nesse sentido, só para terminar também, agora que o senhor falou isso, bateu isso na cabeça. O CNJ ainda está muito preso entre aspas, às figuras, às pessoas, aos indivíduos...

J.M. – É, estou pensando nisso também, depende muito do desempenho específico, não é?

C.J. – Principalmente do seu presidente.

J.M. – Menos do que da institucionalidade.

R.B. – Eu acho que ele está numa... Ainda em um período infantil, quer dizer, não amadureceu ainda, tanto é que se você pegar as três gestões e essa quarta agora e olhar detidamente, cada uma teve um...

C.J. – Perfil diferente.

R.B. – Totalmente diferente e de acordo com o presidente. E o primeiro conselho é que pegou dois presidentes é que pode dar exatamente essa análise. Enquanto que o Jobim, ministro Jobim, deixo o ministro de lado pela amizade, quandoo ministro Jobim procurou atacar os grandes temas da nação, que era teto salarial, nepotismo e tudo mais, as próprias férias e fazer esse grande levantamento da situação do judiciário brasileiro que propiciou daí as medidas seguintes dos outros conselhos, já a ministra Helen tinha a visão de informática, ela queria ver, a idéia dela era a informática, conciliação e se pode notar que o conselho pendeu para um outro enfoque. Veio o ministro Gilmar e talvez em função de que o corregedor, o corregedor... O primeiro corregedor do CNJ era muito juiz, e veio um corregedor na seqüência que vinha do quinto constitucional da advocacia, que o ministro Dílson Dipe, embora tenha vindo pelo TRF da quarta região, mas ele entrou no TRF como quinto e era da turma de direito do ministro Nelson Jobim, era colega de turma e foi colega de escritório do Nelson Jobim, e tinha o mesmo pensamento, ele veio com outra idéia e eu acho que ali a corregedoria foi o grande diferencial na gestão do ministro Gilmar que a rigor também não me parece que não era muito afeito ao CNJ, mas ele depois que chegou à presidência ele acabou assumindo o papel de presidente e ostentou bem aí as posições do CNJ. Vem o quarto e começa a modificar uma série de coisas que vinham de lá, então o presidente...

C.J. – A corregedoria muda agora também.

R.B. – Muda. Muda também agora. Vamos ver agora como é que fica com a ministra Eliana. Houve uma despedida muito emotiva do ministro Dilson Dipe do CNJ, houve uma tentativa da sua permanência, mas não havia qualquer possibilidade dele permanecer dentro desse cargo, tanto que ele foi feliz dentro do conselho nas medidas que tomou e às vezes ele era muito mais drástico, muito mais duro que os próprios membros da Ordem e da sociedade civil em relação à deslizes dos magistrados. Muitas vezes ele ficou vencido com o voto mais pesado, mais duro dentro do CNJ. Eu acho que na seqüência, o CNJ talvez, talvez não, mas ele deve encontrar a sua identidade própria, porque não pode ficar na dependência do presidente, sob pena de amanhã ou depois se ver vencedora as teses, por exemplo, que o atual presidente quer impor, mais dois ministros, um do tribunal superior militar, outro do tribunal superior eleitoral, quer dizer, diminuindo essa relativização de forças que existe dentro do conselho.

T.R. – Uma curiosidade: quando que o senhor conhece o ministro Jobim?

R.B. – Eu conheço quando era presidente da subseção de Ponta Grossa e que fiz um convite, ele era relator do estatuto da Ordem e eu convidei ele para vir fazer uma palestra em Ponta Grossa.

T.R. – Isso foi quando?

R.B. – Foi...

T.R. – Década.

R.B. – Na década de 80... De 90... 89, 90, por aí e ele foi no meu escritório, ele tinha, ele advogava em Brasília, eu daí acabei sendo... Mandava processo para ele em Brasília e foi outras vezes em Ponta Grossa, enfim fizemos uma amizade muito, muito estreita e quis o destino que ele fosse presidente do Supremo quando eu era presidente da Ordem e nós também tínhamos um diálogo muito bom, eu não tinha necessidade de marcar audiência, eu ia a qualquer momento no Supremo e entrava pela porta administrativa, quer dizer, tinha toda a liberdade para tratar os assuntos que interessava. E brigávamos muito, discutíamos muito, porque o ministro Jobim é... Eu dizia para ele “Se você ver uma casca de banana na calçada do outro lado, você atravessa na rua para pisar na casca de banana só para ver se ela vai te derrubar ou não”. O argumento dele é muito forte, então eu tinha muitas discussões com ele a respeito disso. Esse discurso de posse da posse dele, ele dizia que se eu fosse descortês com o presidente Lula ele ia me responder, porque ele era o ultimo a falar, eu disse “não, quem é o último a falar sou eu”, dizia “ah, você não conhece o regimento do Supremo, rapaz, o último é eu que falo”, disse “não, eu ainda vou participar da posse da ministra Helen como presidente substituindo você, aí vou falar de novo, aí eu te respondo depois”. Então era sempre assim, o dialogo com o Jobim.

T.R. – A amizade acabou sendo importante nesse momento da reforma, não é?

R.B. – É, e só tive, é... E Jobim sempre foi uma pessoa de muita palavra e eu só disse para ele, quando ele assumiu a presidência, que eu queria um compromisso dele de botar em pauta as [adins] que suspendiam os vários artigos do estatuto da Ordem que ele foi o relator e que o Supremo tinha pó liminar suspenso a pedido da MB. E foi, foi, foi, no último mês da gestão dele, ele pautou, pautou e acabou julgando e nós acabamos também readquirindo uma série de prerrogativas que a lei nos dava e que estavam suspensa por força liminar, mas um processo que também se arrastou por doze anos dentro do Supremo Tribunal Federal, que era também

um motivo para a existência do conselho nacional de justiça, a demora dos processos, a falta de civilidade da justiça é uma coisa impressionante...

C.J. – E a falta de uniformidade na administração, porque o advogado sofre muito com isso, não é, a questão, por exemplo, que a principio não significa muita coisa, mas que para o advogado é essencial, a questão de acesso aos autos, não é, cada tribunal de um jeito e aí o advogado precisa ter acesso aquilo para fazer bem o trabalho, é bem complicado.

R.B. – Exatamente. É muito complicado.

J.M. – Bom, nós agradecemos muito, ótima entrevista e pedimos apenas, a gente tem essas cartas de sessão do material, posso pegar tua caneta, Chris? São duas [vir], mas o senhor só precisa preencher um cadastro...

T.R. – Só para a gente deixar gravado, acabamos não... Eu ainda estou aqui... Não fazendo, mas [quais são assim] os seus dados básicos? Seu nome completo, quando o senhor nasceu, onde, o nome dos seus pais...

J.M. – É porque a gente tem que preencher um relatório e às vezes é uma complicação... O Google não salva tudo.

T.R. – É, porque a gente tem um relatoriozinho, é, é complicado de a gente conseguir os dados...

R.B. – Roberto Antonio Busato, nasci em Caçador, Santa Catarina, em nove de junho de 1954. Filho de Aurora Lilia Comeu Busato e Amélio Busato, uma curiosidade aí, porque eram primos, então minha mãe só trocou de posição o Busato. Me formei na Universidade Estadual de Ponta Grossa, turma de 1977. Exerci vários cargos na Ordem e participei da primeira gestão do CNJ.

C.J. – Está ótimo, muito obrigada!

J.M. – Muito obrigado.

[FIM DO DEPOIMENTO]